Assembleia de Freguesia de Ega

Ata

Reunião da Assembleia de Freguesia

20/06/2022

Ata

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício da antiga Escola Primária de Campizes, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de Ega, sob presidência de Daniel Tomé Gonçalves, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Leitura e votação da Ata da última Assembleia de Freguesia;
2 – Intervenção do público;
3 – Período antes da ordem do dia;
Ordem do dia:
4 – Autorização da Assembleia para a celebração de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova;
5 – Informação do Presidente da Junta;

Compareceram na sessão os deputados Daniel Tomé Gonçalves, Daniel Pratas, Dina Melro, Paulo Vitorino Gonçalves, Ramiro da Costa Braz, Deonilde Dias, Helena Gonçalves e Hugo Ferreira. Por parte do executivo da Junta esteve presente o Presidente Rodolfo Silva, a Secretária Isabel Santos e a Tesoureira Paula Mendes. O deputado Amândio Cravo não compareceu na sessão, tendo justificado devidamente a sua ausência, e foi substituído pela deputada Luísa Simões.

O Presidente da Assembleia de Freguesia iniciou a sessão saudando os presentes tendo aproveitado, também, para realçar a descentralização das sessões da Assembleia de Freguesia tendo referido que se tratou de uma sugestão do Presidente da Junta e que foi aceite, pelo presidente da Assembleia visto ser uma forma de estar mais perto das pessoas da freguesia.

Teve, então, início o ponto um, leitura e votação da Ata da última Assembleia de Freguesia. Uma vez que a ata foi disponibilizada, previamente, aos membros da assembleia, foi questionado pelo Presidente da Assembleia se os presentes prescindiam da leitura da mesma, situação à qual ninguém se opôs. Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade. A deputada Luísa Simões não participou na votação uma vez que não esteve presente na sessão anterior.

De seguida, passou-se ao ponto dois, intervenção do público. Tomou a palavra o cidadão Ramiro Costa, da Arrifana, para alertar para a necessidade de requalificação de um caminho ao cimo da Arrifana tendo referido que é uma situação que já se arrasta a alguns anos e que todo o material que tem sido lá colocado, nomeadamente *tout-venant*, não serve de nada pois o escoamento da água não é arranjado o que faz com que a água corra pela estrada e arraste todo o material que é colocado no referido caminho. Disse que se trata de uma distância de cerca de 400 metros, desde a zona do lar até ao cimo da respetiva rua. Prosseguiu a sua intervenção solicitando que fosse uma máquina efetuar uma primeira limpeza do regadio na Arrifana, referindo que tem muito entulho acumulado, para posteriormente as pessoas efetuarem a respetiva limpeza adicional desse regadio. Concluiu alertando para a necessidade de limpeza de um caminho na zona do Sangardão, paralelo ao IC2.

De seguida, tomou a palavra o cidadão Eduardo Pereira, de S. Fipo, para alertar para a situação de um caminho na Arrifana, que vai até ao alto da Picota, que se encontra completamente tapado com carvalhos, pinheiros e mato, não sendo possível passar no mesmo. Referiu que era um caminho antigo que ficou completamente ao abandono há cerca de 30 a 40 anos. Questionou se existiria a possibilidade de a Junta intervir no sentido de ser realizada a limpeza dessa estrada de modo a permitir a passagem no local.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Iniciou a sua intervenção referindo que a Junta tem procedido à limpeza de diversos caminhos agrícolas estando as intervenções efetuadas e a efetuar devidamente identificadas, nomeadamente devido à questão da prevenção e combate aos incêndios. Referiu que iria verificar e analisar a questão do caminho Arrifana-Picota e que, se houvesse oportunidade e disponibilidade de levar lá a máquina, se iria verificar o que se poderia fazer no sentido de limpar o local. Esclareceu que, de momento, a Junta não tem meios próprios para efetuar esses trabalhos e que os mesmos têm sido contratados a terceiros, nomeadamente em situações como a relatada em que é necessário o corte de árvores.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Ramiro Costa, do caminho desde o lar até ao cimo da Arrifana, o Presidente da Junta referiu que o mesmo foi alvo de intervenção há uns anos, por parte da Câmara Municipal, tendo sido colocadas, na altura, manilhas para escoamento de águas. Referiu que já alertou, mais que uma vez, a Câmara Municipal para o problema desse local informando que se trata de uma obra já com algum valor e dimensão e executada pela Câmara Municipal, tendo deixado o seu compromisso de interceder, novamente, junto da Câmara Municipal a fim de os técnicos municipais se deslocarem ao local para verificarem e analisarem o problema no sentido de se resolver o assunto. Informou que este problema exige algum trabalho e investimento, o qual tem de partir do lado da Câmara, mas que a Junta está disponível para apoiar.

Em relação ao caminho do Sangardão, o Presidente da Junta respondeu que conhece o local tendo referido que o caminho até está largo, mas que, de facto, não é fácil lá passar devido aos

estragos provocados pela chuva. Esclareceu que, de momento, a Junta está limitada em termos de meios, uma vez que possui a máquina, mas não tem o operador disponível para trabalhar com ela, sendo que atualmente se tem procedido apenas à manutenção da limpeza das valas e caminhos, nomeadamente, ao corte de ervas. Porém, o Presidente da Junta referiu que iria verificar esta situação.

Quanto à questão levantada referente à limpeza do regadio na Arrifana, o Presidente da Junta esclareceu que a responsabilidade da limpeza de regadios e pontos de água é da exclusiva responsabilidade dos confinantes, salvo raras exceções, tendo referido que em várias situações estes regadios atravessam, inclusive, terrenos particulares. Referiu que, se porventura, for necessário recolher algum entulho ou lixo decorrente da limpeza efetuada pelas pessoas, a Junta está disponível para colaborar, de outra forma, entrando em terrenos de foro privado, a Junta não pode intervir.

Seguidamente e por, entretanto, se encontrar presente a cidadã Isabel Janeiro, de Campizes, a mesma solicitou a palavra para referir que já há cerca de um ano que não era efetuada a análise à água da fonte junto à Escola Primária de Campizes, tendo questionado o motivo para esta situação.

O Presidente da Junta usou da palavra para responder que já tinha sido recolhida a amostra de água para análise e que se estava a aguardar, de momento, a divulgação dos resultados, tendo esclarecido que esta análise é efetuada anualmente. A cidadã Isabel Janeiro, posteriormente, referiu, também, que a fonte estava a deitar muito pouca água estando, provavelmente, entupida. O Presidente da Junta referiu que iria averiguar a situação tendo o Presidente da Assembleia informado que, normalmente, a Junta procedia à limpeza da mesma através do kit de água e que, provavelmente, estaria a ser necessária uma nova intervenção.

De seguida, passou-se ao ponto três, período antes da ordem do dia. Tomou a palavra a deputada Deonilde Dias para questionar se estava previsto algum programa de ATL para os jovens da Ega tendo referido que há uns anos existiu, na Ega, um programa de ATL, mas que, atualmente, não existe nenhum programa ocupacional para o efeito, nem sequer piscina nem campo de futsal. Ainda em relação à Piscina da Ega, referiu que passa mais um ano em que as piscinas se mantêm encerradas tendo questionado se poderíamos contar com a sua abertura no ano de 2023. Referiu, também, que a piscina da Ega se encontra num local central da Ega, junto ao lar de idosos, à pré-escola e, atualmente, junto ao local onde funciona a Escola Primária da Ega, mas que, de momento, é um espaço com bastante vegetação onde se pode acumular a presença de vários animais, nomeadamente, ratos e cobras, tendo alertado para a necessidade de se alertar os responsáveis por aquele espaço para efetuarem a limpeza do mesmo. Concluiu a sua intervenção alertando para a situação de uma serventia no Casal do Rosário, na Ega, paralela ao estaleiro de materiais de construção, onde frequentemente a brita da serventia vem parar ao passeio e à estrada principal tornando perigosa a passagem das pessoas e veículos.

De seguida, tomou a palavra a deputada Helena Gonçalves tendo iniciado a sua intervenção referindo que estava muito satisfeita por estar a participar nesta assembleia, sendo uma mais valia o facto de a mesma estar descentralizada, afirmando que esta era uma das propostas do programa eleitoral do PSD e que a presente sessão estava a ter mais participação de fregueses que as realizadas anteriormente na sede da freguesia. Prosseguiu a sua intervenção para referir que em Campizes existia apenas um ecoponto junto à Escola Primária e outro junto à oficina a caminho de Casével tendo recomendado que deveria ser instalado outro junto ao edifício da Associação de Campizes. Continuou a sua intervenção referindo que a colocação de um ecoponto para reciclagem de velas junto aos cemitérios da freguesia tinha sido uma ideia espetacular, mas que, contudo, o esvaziamento dos mesmos nem sempre é feito de forma regular. Finalizou a sua intervenção referindo que o ponto da situação financeira da Junta não foi enviando nos devidos moldes, e que era a terceira vez que esta situação era abordada em assembleia, ao que o Presidente da Junta respondeu, de imediato, que tinha sido enviado esse ponto de situação por email. A deputada Helena Gonçalves retorquiu afirmando que a informação remetida não era a ideal tendo referido que, uma vez que o funcionário da Junta é Técnico Oficial de Contas, a informação remetida deveria ser mais completa e feita noutros moldes.

De seguida, tomou a palavra a deputada Luísa Simões para referir que a questão da limpeza das bermas das estradas era algo que deveria estar sempre feito tendo alertado para a falta de limpeza da estrada nacional na zona de Casével. Questionou, também, qual o ponto de situação da obra da Casa Mortuária do Casal do Missa.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Junta para responder às questões colocadas. Quanto ao ATL na Ega referiu que é algo que faz falta, tendo informado que a Junta nunca teve essa atividade, mas que este ano está previsto existir um período de atividades de férias em julho, com organização partilhada entre a Associação de Pais da Escola Básica da Ega e os Ugas.

Quanto à Piscina da Ega respondeu que, tanto quanto é sabido, a Piscina não é propriedade da Junta e que só a partir do passado mês de dezembro é que passou para propriedade municipal tendo, até esse momento, o Centro Social da Ega como seu proprietário. Referiu que o Centro Social da Ega, durante todos estes anos em que foi dono daquele espaço, nomeadamente após ter cancelado unilateralmente, em 2019, o protocolo que tinha com os Ugas, também não cuidou devidamente do espaço. Mais afirmou que, agora, efetivamente, pode ser imputada responsabilidade à Câmara Municipal no que toca à limpeza do espaço tendo referido que a Junta já fez pressão junto da Câmara para que seja feita a limpeza do local. Ainda em relação à Piscina da Ega, o Presidente da Junta afirmou que pensa ser claro para toda a gente que a obra da piscina está orçamentada e foi incluída, em fevereiro, nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal.

Em relação à questão da serventia no Casal do Rosário respondeu que tinha quase a certeza de que se tratava de uma serventia privada.

Prosseguiu a sua intervenção referindo que, quanto à descentralização das assembleias de freguesia, não se tratava de questões relacionadas com programas eleitorais até porque era algo que já tinha sido feito por executivos anteriores e que o presente executivo achou, por bem, realizar, à semelhança do que tem acontecido com outros eventos promovidos pela Junta, tendo dado como exemplo as formações relacionadas com as vinhas. Em relação à questão dos ecopontos respondeu que através do site da Câmara é possível consultar informação relacionada com o número e local de todos os ecopontos e contentores de resíduos espalhados pela freguesia e pelo concelho. Referiu que a colocação e gestão destes equipamentos é da competência da ERSUC e obedece a determinados rácios, uma vez que tudo tem os seus custos, sendo esta entidade que, normalmente, avalia a necessidade de colocação, ou não, de mais equipamentos.

Quanto à questão do contentor de recolha de velas nos cemitérios, informou que se tratou de um projeto da Câmara Municipal em parceria com uma instituição de responsabilidade social, que é quem faz a recolha e reaproveitamento dos resíduos. Referiu, também, que o papel da Junta neste processo cinge-se a avisar a Câmara quando se deteta que os contentores estão cheios tendo afirmado que, posteriormente, poderá existir algum atraso na recolha dos resíduos por parte da entidade responsável por esse trabalho. Disse, ainda, que a instalação destes contentores se revelou muito útil, com boa adesão das pessoas à recolha destes resíduos, tendo referido que a Junta poderá equacionar solicitar a colocação de mais contentores ou de outros de maior capacidade de armazenamento.

Em relação ao reporte do ponto de situação da posição financeira da Junta de Freguesia disse que não entendia o que mais poderia ser feito. Referiu que a Junta tem apenas uma conta bancária e que o saldo da mesma, bem como o valor em caixa, foi devidamente comunicado aos membros da assembleia. Concluiu referindo que, se assim o entenderem, poderá equacionar-se a disponibilização de um extrato bancário.

Em relação à questão levantada pela deputada Luísa Simões, nomeadamente quanto à limpeza da estrada principal na zona de Casével, o Presidente da Junta esclareceu que a limpeza das estradas nacionais não é competência da Junta, mas sim da Infraestruturas de Portugal. Mais acrescentou que o que acontece, por vezes, é que a Junta efetua algumas intervenções de limpeza nesses locais, nomeadamente por altura das festas, enquanto se aguarda pela execução dos trabalhos por parte da Infraestruturas de Portugal tendo referido que, contudo, uma vez que o funcionário da Junta se encontra de baixa e não existe mais ninguém para operar com o trator e efetuar esses serviços, não foi feita qualquer intervenção até ao momento.

Quanto à obra da Casa Mortuária do Casal do Missa esclareceu que as obras estão em curso e neste momento está-se a aguardar material para a requalificação do telhado, tendo referido que esta intervenção no telhado era algo que não estava inicialmente previsto. Informou, ainda, que a expectativa é de que as obras estejam concluídas até ao final do próximo mês de julho.

De seguida, passou-se ao ponto quatro da ordem do dia, autorização da Assembleia para a celebração de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Tomou a palavra o Presidente da Junta para esclarecer que a necessidade para a celebração destes novos acordos se prende com uma atualização legislativa, através do decreto-lei nº 57/2019, de 30 de abril, e da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que obriga à celebração de novos acordos sempre que muda o executivo, e também devido à publicação dos resultados dos CENSOS 2021, sendo que os anteriores acordos tinham sido celebrados em 2014 com base nos dados dos CENSOS de 2011, e também devido à natural atualização do número de alunos e devido à intenção da Câmara Municipal em incrementar o valor global dos acordos.

O Presidente da Junta prosseguiu a sua intervenção apresentando os valores envolvidos nos acordos a celebrar. Referiu que o valor global a transferir pela Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia ascenderá a cerca de 120.000,00€ distribuídos por 109.600,00€ para limpeza de vias, 3.100,00€ para reparações de escolas e 7.300,00€ para manutenção de espaços envolventes das escolas. Em relação à Freguesia da Ega, o Presidente da Junta informou que, no que toca à premissa de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, a Junta irá receber 21.744,71€ que derivam de três indicadores da freguesia, nomeadamente dos 54.33 km de estrada (8.071,03€), dos 2583 indivíduos de população (3.383,29€) e dos 32,55 km^2 de área (10.290,39€). Quanto à premissa de manutenção de espaços envolventes das escolas (Jardim de Infância e EB1), o Presidente da Junta informou que o valor a receber será de 2.746,74€ que deriva de um total de 72 alunos (15 no Jardim de Infância de S. Fipo, 24 no Jardim de Infância da Ega e 33 na Escola Básica da Ega) a que corresponde um valor de 1.668,57€ acrescido do valor de 1.078,17€ que deriva da componente de área envolvente das escolas (658 m^2 no Jardim de Infância de S. Fipo, 139 m^2 no Jardim de Infância da Ega e 1.530 m^2 na Escola Básica da Ega). No que toca à terceira e última premissa, referente a reparações nas escolas, o Presidente da Junta informou que o valor a receber ascenderá a 2.396,61€ decorrente do número total de alunos (575,26€) acrescido do valor associado à área total dos edifícios (1.267,78€) e acrescido do valor associado ao número total de salas em atividade letiva (1.267,78€). O Presidente da Junta referiu que o valor total a receber pela Freguesia da Ega ascenderá a 26.888,06€, decorrente do somatório das três parcelas mencionadas, o que representa um aumento de 4.359,24€ (+19.34%) face ao valor de 22.528,82€ do acordo celebrado em 2014.

Por fim, o Presidente da Junta referiu que é necessário a Assembleia de Freguesia analisar e pronunciar-se acerca destes acordos autorizando, ou não, a celebração dos mesmos para posteriormente serem aprovados em reunião de Câmara e em sede de Assembleia Municipal. Mais esclareceu que apesar de os mesmos ainda não estarem em vigor e de a Junta ainda não ter tido acesso

a estas verbas, o trabalho da Junta tem vindo a ser feito normalmente em virtude da capacidade verificada pela Junta para a sua execução.

De seguida, tomou a palavra a deputada Deonilde Dias para questionar se os valores a receber apresentados são mesmo valores finais ou se existiria alguma possibilidade de se aceder a mais verbas.

O Presidente da Junta respondeu dizendo que os valores a receber são os apresentados e derivam dos critérios definidos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do concelho no sentido de se garantir um equilíbrio na distribuição pelas Juntas de Freguesia do valor global a distribuir pela Câmara. Mais informou que poderia existir outra forma, ou outros critérios de distribuição, mas para umas Juntas receberem mais outras iriam receber menos e, em virtude disso, estes foram os critérios acordados entre todos.

Posto isto, colocou-se à votação o ponto quatro da ordem do dia, autorização da Assembleia para a celebração de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos.

De seguida, passou-se ao ponto cinco da ordem do dia, informação do Presidente da Junta.

O Presidente da Junta iniciou a sua intervenção assinalando os trabalhos realizados desde a última Assembleia de Freguesia, a 28 de abril, tendo mencionado a limpeza de localidades, nomeadamente no Casal do Missa, Rebolia, Campizes e Vale de Janes, a limpeza de estradas municipais, nomeadamente Ega-Arrifana, Ega-Campizes, Campizes-Casével e Campizes-Sebal, o arranjo e limpeza de caminhos agrícolas e demais limpezas pontuais na Ega. Quanto ao associativismo mencionou a aquisição e posterior doação de uma trituradora industrial à Associação do Casal do Missa respondendo, dessa forma, a uma solicitação dessa entidade. Prosseguiu a sua intervenção referindo a compra de alguns presentes para as crianças das escolas no Dia da Criança, nomeadamente lápis e livros para pintar, jogos, bolas e cones desportivos. Ao nível da segurança rodoviária mencionou a colocação de um espelho na Serrazina, nomeadamente no cruzamento da estrada CM1178 (Ega-Serrazina-Sangardão). Mencionou, também, a realização de várias visitas à Escola da Água, nomeadamente de alunos de escolas básicas e secundárias, e também a realização de algumas atividades naquele espaço. Informou, também, da aquisição de duas tendas que poderão ser utilizadas, por exemplo, em festas referindo que já tinham sido solicitadas para esse efeito. Concluiu a sua intervenção referindo a realização de duas sessões de esclarecimento acerca do BUPI – Balcão Único do Prédio, uma realizada na sede da Junta de Freguesia da Ega e outra na Associação de Casével, assim como a realização, na Rebolia, da formação com o tema "O ciclo da Vinha e do Vinho".

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Assembleia para referir que as redes sociais não substituem as Assembleias de Freguesia e que um dos objetivos da descentralização das sessões da

Assembleia é facilitar a presença das pessoas nas reuniões tendo afirmando que é de lamentar que muitos críticos das redes sociais, que continuam a criticar de forma fácil atrás do computador, quando têm as sessões da Assembleia na sua própria terra não comparecem para dizerem cara a cara o que têm a dizer sobre a Freguesia da Ega e demais assuntos.

Antes do final da sessão, o Presidente da Junta solicitou a palavra para referir que na Assembleia anterior, a oposição tinha abordado o programa "Aldeia Segura Pessoas Seguras" dizendo que existia financiamento no âmbito desse programa. Agora, o Presidente da Junta esclareceu que não há financiamento nesse programa tendo referido que esteve presente em sessões de esclarecimentos com os bombeiros, a Proteção Civil local e com a Proteção Civil distrital onde ficou claro que não existe financiamento sendo os custos a cargo das juntas ou das câmaras municipais, conforme o caso. Mais esclareceu que o que existiu foi um programa paralelo, do Fundo Ambiental, chamado Condomínio da Floresta e que teve uma fase de candidaturas de apenas um mês e tinha um foco destinado ao apoio a projetos relacionados com casas seguras e aldeias seguras tendo referido que, contudo, a única freguesia do concelho de Condeixa classificada como vulnerável era a Freguesia do Furadouro, sendo que a Freguesia da Ega não era elegível para este programa.

Nada mais havendo a tratar, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, o Presidente da Assembleia agradeceu aos presentes e deu por encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou a presenta ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

Da reunião foi redigida a presente ata que depois de lida foi assinada.

O Presidente da Assembleia

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário